



## **Análise da História Cultural da Imprensa de Marialva Barbosa<sup>1</sup>**

Francisca Selidonha (UVV)<sup>2</sup>  
Hérica Lene (UFES)<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a obra “História Cultural da Imprensa Brasil – 1800-1900” (2010), de autoria da pesquisadora Marialva Barbosa, na perspectiva do método científico de estudos indiciários, criado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg com base na obra “Mitos, emblemas e sinais” (2009), na qual o historiador apresenta o paradigma do saber indiciário, inspirado em Sigmund Freud, Sherlock Holmes, o crítico de arte Morelli e muitos outros. Pretendemos apresentar as marcas indiciaristas da obra de Marialva Barbosa, de relevância para o ensino da História da Imprensa Brasileira e, ao mesmo tempo, apresentar a pesquisa indiciária como proposta científica nos estudos da comunicação, pela proximidade de campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação, História da Imprensa, História Cultural, Indiciarismo e Memória.

### **Introdução**

A pesquisadora Marialva Barbosa, em sua obra “História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900” (Mauad X, 2010), faz um passeio investigativo minucioso e criterioso, partindo da chegada da família real em território nacional, que, em fuga à iminente invasão de Napoleão Bonaparte de Portugal, inaugurou a imprensa no Brasil, com mais de 300 anos de atraso – já que Johannes Gutenberg criou a prensa de tipos móveis, em meados do século XV, na Mogúncia, Alemanha, sendo rapidamente expandida por toda Europa e chegando, inclusive, ao México poucos anos depois (GIOVANINNI, 1987).

Com a fundação da Imprensa Régia em terras brasileiras é também criado o primeiro jornal oficial do país, *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. A imprensa chega ao Brasil em meio a um contexto de polêmica, uma vez que três meses

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em História Social das Relações Políticas da UFES, especialista em Estratégias em Comunicação Organizacional pela Faculdade Cândido Mendes de Vitória e professora da Pós-graduação MBA em Comunicação Integrada e Novas Mídias e de Artes Cênicas do Centro Universitário Vila Velha (UVV/ES). E-mail: francisca@uvv.br.

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRI, mestre em Comunicação pela UFF, especialista em Estratégias em Comunicação Organizacional pela Faculdade Cândido Mendes de Vitória e professora da UFES. E-mail: hericalene@pesquisador.cnpq.br.



antes já circulava no território nacional um jornal, clandestino e opositor à Coroa, produzido em Londres por Hipólito da Costa, chamado *Gazeta Braziliense*.

A trajetória investigativa de Marialva Barbosa nessa obra encerra-se no início do século XX, nas primeiras décadas de 1900, quando surge um leitor ávido por notícias sensacionais, especialmente relacionadas a crimes, uma característica ainda mais marcante na imprensa contemporânea.

Neste artigo, o objetivo principal é justamente analisar essa obra da autora, na perspectiva dos estudos indiciários, que busca por meio dos vestígios, sinais, sintomas, marcas desvendar os acontecimentos históricos. Esse tipo de metodologia científica se insere na micro-história e recorre aos mesmos artifícios que o médico ao analisar o paciente e tentar descobrir a doença; o psicanalista que quer desvendar os traumas e acessar o inconsciente.

Na abordagem busca-se ainda analisar os conceitos de memória a partir da escola francesa utilizados pela autora Marialva Barbosa, que é mestre e doutora em História pela UFF e pós-doutora em Comunicação pelo LAIOS-CNRS, Paris-França, e dedica-se a pesquisas que fazem a interconexão entre história e comunicação.

O que salta aos olhos logo na introdução do livro “História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900” é a metodologia adotada pela autora, que está implícita na linguagem adotada em todo o percurso da obra. Já no primeiro parágrafo ela convida o leitor: “A história só existe no presente porque o passado deixou inscrites, no nosso aqui e agora, vestígios múltiplos que indicam a existência desse passado” (BARBOSA, 2010, p.11).

A autora ainda reforça a necessidade dessa busca investigativa ao convidar o leitor a “seguir essas pistas para reinterpretar os tempos de outrora tentando captar o espírito de outras épocas”. Logo em seguida ressalta: “Cabe ao historiador seguir rastros deixados no presente, caminhando por esses traços em direção às imagens do passado”. Para ela, a imprensa também é pródiga em autorreferenciação porque:

Produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias do poder. Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido (BARBOSA, 2010, p.11).



Seguindo o percurso da autora, no desenvolvimento da abordagem aqui proposta, este artigo está dividido em três partes: uma primeira que aborda a metodologia da pesquisa indiciária; uma segunda acerca do pensamento da autora sobre o que é história da imprensa e as interfaces que busca fazer entre história, memória e jornalismo; e uma terceira que traz a análise da obra “História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900”.

## 1. Metodologia de Pesquisa Indiciária

Márcia Rodrigues (2006, p.5), na obra “Exercícios de Indiciarismo”, esclarece que pensadores consagrados como Michel Foucault, Walter Benjamin, Gilberto Freyre, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Mikail Bakhtin, Robert Darton, Peter Burke, Carlo Ginzburg escreveram obras marcadas pelo apreço aos pormenores e à conciliação entre racionalidade e sensibilidade, e realizaram, em suas obras, pesquisa minuciosa, detalhada e exaustiva, revelando caráter detetivesco.

O fio condutor de diferentes obras desses pensadores é a pesquisa indiciária baseada na investigação de microestruturas políticas, econômicas e sociais, de aspectos corriqueiros do cotidiano e da intimidade social, de acontecimentos pequenos na história (RODRIGUES, 2006, p.5).

A pesquisa indiciária utiliza, entre outras técnicas, do método indiciário desenvolvido pelo teórico italiano Carlo Ginzburg com base nos estudos realizados no final do século XIX por Giovanni Morelli. O objetivo de Morelli era identificar as falsificações de pinturas famosas utilizando-se de pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia, tais como: os lóbulos de orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés (GINZBURG, 1989, p.143-144).

Segundo Ginzburg, os livros de Morelli são insólitos em relação aos outros historiadores de arte porque possuem ilustrações de dedos e orelhas e características minuciosas que identificam um determinado artista como um criminoso é identificado pelas suas digitais. “Qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal” (*Ibid.*).

Castelnuovo, citado por Ginzburg (*Ibid.*) aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído a Sherlock Holmes pelo seu criador Arthur Conan Doyle. “O



conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria.”

Para Ginzburg (1989), a psicologia moderna estaria ao lado de Morelli porque os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal. Segundo ele, Freud, em seu ensaio “O Moisés de Michelângelo” (1914), se referiu ao método usado por Morelli, que na época se identificava com um especialista em arte russo, Ivan Lermolieff. Freud, citado por Ginzburg (1989), afirma:

Creio que o seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Essa também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação.

Ginzburg resume que “pode-se falar de paradigma indiciário ou divinatório, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, o presente ou o futuro [...] e tinha-se a semiótica médica na dupla face, diagnóstica e prognóstica”.

Ele destaca ainda que esse é o método não só utilizado e aceito pela sociedade pelos médicos, ao identificar a doença através dos sintomas, mas também em um dos gestos mais antigos da história intelectual do gênero humano pelo caçador “agachado na lama, que escruta as pistas da presa” (*ibid.*, p.154).

## **2. História da imprensa segundo Marialva Barbosa**

Para Marialva Barbosa, escrever a história da imprensa não é, certamente, alinhar fatos e datas, nomes e mais nomes, nem destacar os personagens que se tornaram singulares nas construções engendradas no passado para o futuro e que, na maioria das vezes, são tributárias das estratégias de poder (BARBOSA, 2004).

Construir a história da imprensa, em sua visão, requer fazer o mesmo movimento da “escrita da história” (CERTEAU, 1982). É perceber a história como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais em uma cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo – antes e depois (BARBOSA, 2007).



Quando se fala particularmente de uma história da imprensa, Marialva Barbosa destaca que há que se considerar a noção de sistema, o cerne mesmo das relações comunicacionais. Assim, falar em história da imprensa é falar em processos comunicacionais e das intrincadas relações que se desenvolvem em torno do sistema de comunicação: o percurso que se faz e que vai dos produtores do texto às formas de apropriação diferenciadas das mensagens pelo público. É se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que conseqüências essa produção trouxe para a sociedade. É se referir, igualmente, a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais (BARBOSA, 2004).

A teoria da história é, para Marialva Barbosa, um campo fundamental para os estudos de jornalismo pelo fato de a história se preocupar com as razões, as causas e os porquês. Considerar a história não é necessariamente realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise. Nesse sentido, ela destaca que o principal postulado da historiografia refere-se à questão da interpretação: não se trata de recuperar o que de fato ocorre (até porque não pode jamais ser recuperado), mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinada ação social (*ibid.*, 2005).

## **2.1 Interfaces mídia, memória e história**

A História sempre teve um papel central no trabalho de constituição e de formalização da memória social. Desde a época dos cronistas medievais (membros do clero contratados pelas casas reais para escrever suas histórias) até a das produções historiográficas propriamente ditas (que se realizaram, a partir do século XIX, no âmbito das universidades), a História sempre manteve uma certa cumplicidade com o discurso do poder (FONTES, 1994, citado por RIBEIRO, *ibid.*, p.95), o que nos permite caracterizá-la como uma memória de caráter oficial.

O comprometimento direto da História com o poder de Estado manteve-se até o início do século XIX, quando, sob a influência do positivismo, o relato histórico deixou de confundir-se com mera genealogia. Mas demorou ainda um bom tempo para que a História reduzisse os contatos com o mundo do poder. Foi somente no século XX (mais especificamente depois da década de 1930) que, sob a influência do marxismo e da Escola dos Annales, ela procurou práticas mais autônomas.



A História exerceu o papel central na constituição e formalização da memória oficial, sobretudo porque sempre se apresentou (e conseguiu se legitimar) como o principal discurso semantizador das ações e das transformações da realidade social (RIBEIRO, 2003, p. 96-97).

Paul Ricouer (2001, p.374-375) lembra que a História só nos atinge através das modificações que impõe à memória, pois a primeira relação com o passado se dá através dessa abertura fundamental. Sem memória não há passado e a operação que assegura a transição da memória à História é o testemunho, pois é através dele as coisas vistas se transferem para o plano das coisas ditas.

Pierre Nora (1989) vai dizer que memória é experiência vivida, configurada pela dialética lembrança e esquecimento, lugares de disputas, conflitos, na busca incessante por sentidos coerentes e unívocos. A História, por outro lado, é permanente reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais; operação intelectual que exige interpretações, análises, crítica, que aponta para as diferenças, tensões e interditos.

Inúmeros autores se ocuparam no último século em tecer esse conceito: desde os estudos pioneiros de Sigmund Freud, passando pela conceituação de Henri Bérgson; a percepção de memória na sua dimensão social realizada por Maurice Halbwachs; sem falar em outros pesquisadores que mais recentemente não deixaram de se referir à memória, acrescentando outros postulados fundamentais, com destaque para a obra de Pierre Nora e seu conceito de “lugares de memória”; os estudos de Michel Pollack; as aproximações entre memória e identidade, realizadas por Gérard Namer e Jöel Candau; as reflexões em torno da relação memória e poder, das memórias silenciadas e esquecidas em contraposição às publicizadas e oficializadas, realizadas por Jacques Le Goff, Georges Duby e Andréas Huyssen, entre tantos outros (*ibid.*).

O trabalho de Halbwachs (1990) é clássico nesse sentido. Ele diz que as lembranças, apesar de pertencerem aos indivíduos, se originam na sociedade. Os sujeitos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam.

Pensada a partir da perspectiva de Halbwachs, a memória é um instrumento de reconfiguração do passado, um trabalho de enquadramento do que aconteceu a partir das demandas do presente. Apesar de termos a impressão de que a lembrança é uma linear repetição do passado, mudanças são constantemente geradas por contextos sociais



diversos, que associam e selecionam o passado para preencher o presente de sentido e configurar o futuro.

A memória está interligada diretamente às identidades sociais. Como demonstrou Pollak (1989), as identidades se edificam a partir de determinadas visões do passado, que funcionam como referência comum para um determinado grupo e fornecem coerência, no tempo, aos seus quadros de representação simbólica. A memória é um processo de ordenamento, de produção de sentido, que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Fatos e aspectos do passado são recordados e enfatizados a partir da relevância que eles têm para os indivíduos que recordam pela sua contribuição na construção da identidade e das relações pessoais.

Pollak (1992, p. 200-215) distingue dois tipos de memória, aquela relacionada a “acontecimentos vividos pessoalmente” e outra ligada a fatos “vividos pela coletividade”. Este segundo tipo de memória não remete necessariamente a fatos presenciados diretamente pelos sujeitos, apesar de fazerem igualmente parte das suas experiências.

O ponto de partida de qualquer ato mnemônico é o presente. A memória, por ser essencialmente discurso, é sempre contextual e dialógica. A sua organização está ligada a processos de seleção e enquadramento, resultantes de conflitos e negociações que os sujeitos travam em situações sociais concretas.

No caso da memória individual, o trabalho de enquadramento está relacionado a manipulações conscientes e inconscientes dos afetos, dos desejos, dos medos, das inibições. No caso da memória coletiva, esse trabalho tem a ver com as lutas e as negociações de grupos sociais em torno dos sentidos dos fatos e dos sujeitos neles envolvidos.

Como nos lembra Barbosa (2005a, p.108), toda a conceituação realizada em torno da questão da memória se configura extremamente importante para os pesquisadores da comunicação. Não apenas porque a mídia trabalha cotidianamente com a dialética fundamental da memória, lembrança e esquecimento. Ao valorizar alguns elementos em detrimento de outros, os meios de comunicação reconstroem de maneira seletiva o presente, contribuindo hoje para a História desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido.

Como agem os meios de comunicação nesse sentido? Retendo assuntos que, em princípio, guardariam alguma identificação com o leitor, selecionam o mundo a partir de critérios subjetivos, classificando-o para seu público. Desorganizando a realidade e





apresentando o mundo como um amontoado de fatos desconexos, sem nenhuma lógica racional interna, colocam lado a lado, crimes, ganhadores de prêmios milionários, espetáculos populares, jogos inesquecíveis, disputas políticas e as turbulências do mercado econômico. Ao selecionar fatos para os leitores, em detrimento de outros que passam à categoria do esquecimento, dão ao público a impressão de que ele participa daquele mundo.

Ainda de acordo com Barbosa (2005a, p.108-109), ao produzir o acontecimento como ruptura, algo que emerge na duração – a partir de um modelo de normalidade ou anormalidade considerado a priori –, os meios de comunicação tornam-se espécies de “senhores da memória” da sociedade, sendo detentores do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante. Ao legitimar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de zonas de sombras e de silêncio, impõem uma visão de mundo que atua outorgando poder.

Para isso é dado aos jornalistas, como produtores de discursos, o direito de falar de fatos, eventos, ocorrências que não foram registrados em sua presença, sendo considerados produtores de um discurso credível. Suas palavras são aceitas como verdadeiras. E se a igreja, o Estado, a ciência puderam ao longo de séculos falar do passado, sendo seus discursos considerados críveis, aos jornalistas hoje é dado o estatuto de produção do discurso do presente acreditado como verídico.

O relato jornalístico, destaca a autora (*ibid.*, p.109), é revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção. Quando se descobre que um relato foi inventado, a notícia assume a proporção de um verdadeiro escândalo. Não existe possibilidade de invenção da realidade no mundo do jornalismo, em função de ser atribuída aos produtores desse discurso à outorga de poder realizar, somente, um discurso tido como verídico.

Ribeiro e Brasiliense (2007, p.222) acrescentam que é interessante pensar que a maior parte dos chamados *fatos da atualidade*, aqueles que adquirem relevância social a ponto de se tornar *fatos jornalísticos*, são vividos por grande parte da população “por tabela”. Raramente os leitores, ouvintes e telespectadores podem verificar *in loco* a veracidade dos acontecimentos relatados. E, ainda que se critiquem os meios de comunicação e que se coloque em xeque a sua objetividade na cobertura dos fatos, os discursos jornalísticos são investidos de credibilidade e inegável poder simbólico. Parte-se sempre do pressuposto de que o que se lê, se ouve ou se vê é o que efetivamente aconteceu.





O discurso da mídia constrói e reconstrói continuamente (através de suas imagens, palavras e sons) a realidade social desse acontecimento, fornecendo aos sujeitos categorias de percepção, inteligibilidade e interpretação.

A credibilidade que se presume constar nos relatos jornalísticos acaba ajudando na legitimação dos jornais como fontes de informação para a construção da História.

Ribeiro (2003, p.97) destaca que os meios de comunicação foram ganhando importância no século XX como fontes de pesquisa. A História foi perdendo o papel central de constituição e formalização da memória oficial com a inserção das tecnologias da comunicação no tecido das sociedades industriais. Hoje, cada vez mais, são os meios de comunicação o locus principal em que se realiza o trabalho sobre as representações sociais. “A mídia é o principal lugar de memória e/ou de História das sociedades contemporâneas” (RIBEIRO, 2003, p.97).

Ela explica que, se os fatos históricos sempre resultaram dos investimentos semiológicos realizados pela ciência histórica, nas sociedades contemporâneas isso mudou, pois a produção de significado das transformações do social realiza-se, hoje, principalmente, através das operações linguísticas e translinguísticas da mídia, sobretudo no âmbito do discurso jornalístico. Sobre isso, complementa:

Os meios de comunicação, no século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade. A História passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa, que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (RIBEIRO, 2003, p.97).

O *fato jornalístico* passa a assemelhar-se ao *fato histórico* como este havia sido definido pela historiografia positivista. Localizado em tempo e um espaço determinados, o fato é marcado pela unicidade. O acontecimento único revela-se, então, como o fator da transformação social, como o motor da História (*ibid.*, p.99).

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma idéia de História, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” do seu tempo.

A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa



“aura”. “O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a *testemunha ocular da História*” (RIBEIRO, 2003, p.100).

O discurso jornalístico semantiza os acontecimentos e os fatos sociais, produzindo uma idéia de História que se articula em dois níveis temporais: naquele que relaciona o homem com as transformações do seu próprio cotidiano (a atualidade) e naquele mais geral, da sua relação com o passado. A ideia de História resultante do primeiro nível define-se, no senso comum, pela consciência que os indivíduos têm do processo social no qual estão inseridos. É a chamada história vivida, registrada cotidianamente nos jornais. Mas a mensagem jornalística, quando considerada como o registro histórico por excelência, acaba por também impor aos historiadores um modo de recordação do passado. Os meios de comunicação, destaca Ribeiro (2003, p.101), não à toa, têm sido cada vez mais utilizados em pesquisas históricas, principalmente naquelas cujos recortes temporais enfocam o século XX.

Barbosa (2000, p. 144) lembra que, criando diariamente grandes acontecimentos, verdadeiros lugares de memória, os jornais, ao selecionar, ao destacar ou ao relegar fatos ao esquecimento, operam uma seleção, no qual se valoriza aspectos e temas, em detrimento de outros.

Tomando o conceito de lugares de memória de Pierre Nora (1989), portanto, os consideramos como locais onde as pessoas (ou uma sociedade) podem ancorar sua memória. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1989, p.13).

Nora afirma que à medida que desaparece a memória tradicional, sentimo-nos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, sinais visíveis do que passou. Um lugar de memória tem três aspectos: material, simbólico e funcional. E só pode ser considerado um lugar de memória se for objeto de um ritual.

Regina Maria dos Santos (2002, p.74), ao fazer uma abordagem sobre o jornal como lugar de memória, a memória coletiva e a aceleração do tempo, conclui que o jornal serve ao historiador não apenas como cristizador de uma memória nacional, mas onde se pode perceber as dimensões do vivido, que se manifestam a partir de sua forma e de seu conteúdo.



### 3. Passeio pelo indiciarismo

Ao analisarmos a obra “História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900” verificamos que Marialva Barbosa percorre o mesmo caminho que os pesquisadores indiciaristas, ou seja, sua pesquisa resulta da articulação de princípios e de procedimentos heurísticos centrados nos “detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios, sintomas – segundo a terminologia psicanalítica”.

Rodrigues (2006, p. 5) define que indícios seriam documentos oficiais e extraoficiais, as fontes secundárias e voluntárias, ou seja, aquelas buscadas intencionalmente pelo pesquisador, que, se submetidas à análise do discurso, semiótica ou sintomal, podem revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um dado. Ela esclarece ainda que outras fontes podem ajudar nesse processo, aquelas que não foram convidadas a testemunhar na construção das narrativas históricas, as fontes involuntárias, achadas por acaso, não intencionalmente e que, às vezes teimam, insistem e se intrometem na pesquisa:

Nesse caso, o pesquisador terá que lançar mão da conjugação razão e sensibilidade para que as fontes sejam ouvidas e arguidas com criatividade, inteligência e consistência, considerando os atos falhos, as metáforas, as metonímias, os deslocamentos na análise documental (RODRIGUES, 2006, p.6).

Esse método que une razão e sensibilidade esteve presente ao longo da pesquisa investigativa de Marialva Barbosa (2010, p.43-55), quando reconstrói as histórias do impresso de 1821, *Conciliador do Maranhão*, especialmente no capítulo “Uma história pelas margens...”, observando-se as anotações manuscritas de leitores anônimos deixadas em edições do jornal em microfílmes consultados pela autora na Biblioteca Nacional.

Depois, no capítulo “Os jornais e o mundo dos escravos”, ela consegue, pela sensibilidade e análise minuciosa de matérias publicadas e gravuras, captar o sentido desse período pré-abolicionista, quando os escravos começam a se constituir como leitores e participantes anônimos da vida política brasileira. Para a autora:

Falar da relação da imprensa e mundo dos escravos é mostrar não apenas a forma como os periódicos se referem a eles ou realçar os discursos mais ou menos favoráveis à abolição. Também não é somente reconhecer que, sendo objetos discursivos dessa imprensa, têm suas vidas influenciadas por essas falas. Essa relação enseja que se pense nas marcas que eles, como atores e sujeitos da história, também deixam nos jornais. Suas marcas e



feridas que ficam expostas nas descrições de anúncios que procuram pelos que reiteradamente se rebelam e fogem do cativeiro, estão contidas nesses periódicos, que se dividem com mais ou menos fervor em favor de sua causa (BARBOSA, 2010, p.80)

A pesquisadora afirma que nos jornais e revistas do período aparecem sub-repticiamente seus rostos e seus corpos. “Massa amorfa, apresentada de maneira indiferenciada como coisa, os homens de cor, os pretos ou as ‘peças’, como chegam a ser referidos nos anúncios”. Ela ainda acrescenta: (...) “vivem em cidades onde as múltiplas sociabilidades permitem misturas que, certamente, fazem com que tomem conhecimento do que aquelas publicações falam a seu respeito”.

Esse momento de sua obra deixa claro pelas expressões e pela sua narrativa que a autora se comove com essa situação de indiferença aos escravos e que se apropria do texto para denunciar essas condições, mas sempre como muita sensibilidade.

Pelos indícios, vai descobrindo o mundo dos escravos e percebe que eles têm acesso à leitura. Para ela, há indícios que muitos escravos sabem ler ou pelo menos “escutam aquelas notícias que ecoam pelas ruas, praças e casas-grandes”. Esses indícios estão em várias situações descritas pela autora:

A proximidade que alguns experimentam da casa de seus proprietários – exercendo funções domésticas ou mesmo como escravo de ganho –, ou da cidade, já que circulam por suas ruas, praças e vielas, ou mesmo a função que exercem, leva-nos a buscar indícios de suas leituras de primeira, de segunda ou de terceira natureza e nos permite dizer que não é apenas passivamente que figuram nas páginas das publicações. A venda avulsa de periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, a partir de 1875, se faz com o grito estridente dos filhos dos escravos que apregoam pelas ruas do Rio de Janeiro o novo jornal (BARBOSA, 2010, p. 80).

A pesquisadora constata ainda que, quando não há leitura, há uma grau de letramento entre muitos desses cativos que habitam as capitais, pois na sociedade de idos de 1870 não há apenas senhores e escravos, como uma interpretação simplista poderia supor: “há escravos de ganho e de aluguel e libertos exercendo profissões especializadas, como as de carpinteiros e pedreiros, o que certamente faz com que lidem, pelo menos, com códigos numéricos”.

Marialva Barbosa ainda cita que alguns manejavam as prensas tipográficas, o que fazia com que as letras tipográficas fossem parte do cotidiano do trabalho. Havia também os trabalhadores livres nacionais exercendo as mais diversas profissões, artesãos,



comerciários, empregados das indústrias têxteis e os imigrantes europeus. E constata: “No universo das grandes cidades, o contingente de escravos é representativo”.

Ela revela que a voz dos escravos e o seu pensamento, que é produzido pela “compreensão de mundo que efetivamente exercitam”, figuram em um silêncio documental difícil de ser ultrapassado. E acrescenta as dificuldades enfrentadas por eles, e em todo o tempo deixa sobressair aspectos relacionados com o indiciário, como as expressões “silêncio documental” e “rastros evidentes”:

A voz dos escravos e o seu pensamento, que é produzido pela compreensão do mundo que efetivamente exercitam, figuram num silêncio documental difícil de ser ultrapassado. Como não são produtores de textos, comunicando-se através das formas orais, sempre silenciosas do ponto de vista da produção de documentos, não deixaram rastros evidentes de como se relacionavam com os impressos e como realizavam suas leituras e apropriações (BARBOSA, 2010, p.84).

A técnica é a mesma usada pelos caçadores dos primeiros agrupamentos humanos, como explica Ginzburg, citado por Rodrigues (2006, p.10), cuja investigação era baseada nos indícios, pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados.

Barbosa (2010, p. 84) afirma que somente considerando os “vestígios do passado como possíveis mensagens – e para isso há de haver consciência histórica no presente que tenha disponibilidade para visualizar leituras e interpretações – é que será possível recuperar essa voz”.

Para ela, as formas de compreensão do mundo se exercitavam em contato com a sociedade perpassada pelos impressos. Por essa razão: “É preciso uma predisposição, no tempo presente, para pensar os escravos não apenas como objetos, mas como sujeitos históricos que viviam num mundo de múltiplas vozes” (*ibid.*).

Barbosa explica que a existência de escravos leitores é um acontecimento do passado histórico, que foi esquecido durante décadas. “O passado, sempre contido no presente pelas artimanhas da memória, faz com que se possa, em algum momento de nossa consciência histórica, lembrar aquilo que foi sistematicamente esquecido” (*ibid.*).

A memória, ressalta a pesquisadora, é um conceito tecido nas disputas e diálogos com que inúmeros autores, desde o século XIX, tentam dar conta da complexa teorização em torno de uma problemática importante para diversos campos do conhecimento. “História, por outro lado, define-se por ser um campo de conhecimento, uma disciplina,

uma prática, uma escrita. Uma escrita com função simbolizadora que permite à sociedade situar-se, abrindo espaço para o próprio passado” (2005a, p.107).

Falar em memória é, pois, se referir a quatro postulados fundamentais: “memória é ação do presente; enseja necessariamente a ideia de disputas por significações; é produto da dialética lembrar e esquecer, sendo, portanto, lugar de escolhas; e, finalmente, é projeto em direção a um futuro desejado” (*ibid.*).

Morel, citado por Barbosa (2010, p.86), afirma que fazendo um balanço histórico das produções que procuram interpretar o grau de letramento ou de leitura escrita dos escravos do século XIX, percebe-se que é pequena na historiografia brasileira a produção sobre os escravos e ex-escravos com o mundo letrado. E narra o caso da jovem escrava Eduarda, que sintetiza como agentes históricos deixaram marcas no papel impresso, como exemplo de leitura de terceira natureza daquela época:

Perambulando pela rua, na manhã de 11 de fevereiro de 1886, com hematomas e feridas abertas no rosto e nos braços, marcas visíveis da tortura que lhe foi imposta por sua dona, Eduarda é abordada por uma senhora que a dissuade a dirigir-se à Chefia de Polícia, aconselhando-a a ir até a redação da *Gazeta da Tarde*, no centro do Rio de Janeiro, onde estaria mais segura e poderia ser ouvida. O jornal fora fundado pelo líder abolicionista José do Patrocínio, 1881 (BARBOSA, 2010, p. 86).

Segundo Morel, citado por Barbosa (2010, p.86), a escrava e uma outra que ficou no mesmo cativeiro receberam assistência médica, para que curasse os ferimentos, mas antes foram conduzidas ao juiz da 2ª Vara Civil. Patrocínio divulgou na imprensa os acontecimentos. “Eduarda não sabe ler, mas fora capaz de compreender quando a senhora que a abordou sugeriu que se dirigisse à redação do jornal de propriedade de José do Patrocínio.” Barbosa destaca o simbolismo e a importância das letras impressas nessa sociedade, representados pelos periódicos que a acolheria: “Eduarda realiza nesse momento a leitura de terceira natureza” (*ibid.*, p.87).

A pesquisadora destaca que o caso das duas escravas que estavam sendo torturadas até a morte, por uma senhora abastada, amante de um rico comerciante, tinha todos os ingredientes que podem interessar o leitor: “a tortura contra indefesos, a situação de penúria e indignidade das vítimas e o poderoso contra o fraco”.

Outro exemplo interessante citado por ela (2010, p. 105-106) é do número de 15 de outubro de 1887 da *Revista Illustrada*. Trata-se da imagem que reproduz uma cena da leitura dos escravos. Sob a legenda “um fazendeiro também fez uma descoberta que o



deixou embatucado! Um escravo lia no leito para seus parceiros ouvirem um discurso abolicionista do Conselheiro Dantas”. Aparece um cenário rural, onde onze escravos formam uma roda: no centro um deles segura um jornal. O título do periódico é “O paíz”. Segurando a primeira página, um lê. Os outros – sete homens, duas mulheres e uma criança –, escutam boquiabertos. “Apoiam-se nas enxadas e fazem o mais absoluto silêncio. Escutam com atenção as palavras que do mundo impresso invadem o mundo oral”.

A cena mostrou que, mais do que uma prática de leitura, a possibilidade de os escravos serem leitores dos jornais. Leitores de primeira natureza como aqueles do centro da roda, leitores de segunda natureza como aqueles que ouviam. A cena indicava:

apesar do silêncio reiterado de décadas sobre as práticas desses sujeitos em relação a sua ação naquele mundo, vez por outra, aparece uma imagem, uma indicação, uma figuração, um resto, um rastro, um vestígio mostrando que existe, de fato, muito mais correlação entre imprensa e escravidão do que poderíamos, a princípio, supor (BARBOSA, 2010, p.106).

Ginzburg (1986, p.177) afirma “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Nesses exemplos analisados da obra de Marialva Barbosa ficou claro que a autora utilizou o indiciário para desvendar as zonas nebulosa, seja ao usar as informações às margens dos periódicos ou ao reconstruir o papel importante deles no período do Império e, principalmente, reconstituir a participação dos escravos no mundo dos letrados por meio de leituras de primeira e segunda natureza, além da descoberta desses jornais como fonte de denúncia de maltratos. Por meio da associação “sensibilidade e razão” que o paradigma indiciário apresenta, é possível uma aproximação maior com o nosso passado histórico, de forma mais vibrante e verdadeira.

### **Considerações Finais**

Por meio desta análise, pudemos demonstrar a proximidade da obra “História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900”, de Marialva Barbosa, com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg.

A pesquisadora encerra seu livro afirmando de forma indiciária que: “o leitor é parte fundamental na construção desse texto. Procuramos seguir suas pegadas, em traços que





deixam registrados e que o tempo vai apagando paulatinamente” (BARBOSA, 2010, p.253). Ela ainda reforça essa ideia, acrescentando:

Recuperar a face dos leitores do passado, também, não é tarefa fácil. Mas eles deixaram inúmeras marcas que podem remeter às formas como se relacionavam com os textos e, sobretudo, ao entendimento que faziam e produziam a partir daqueles textos (*ibid.*, p.253-254).

De acordo com Marialva Barbosa, essas marcas estariam “escritas de muitas maneiras e através de muitos gestos”. E complementa com o tipo de fonte onde perscrutou essa busca, que podem estar sob a forma manuscrita, escrita à margem das publicações, indicando uma leitura atenta, “uma leitura que vai e volta”, na tentativa de descortinar conceitos e entender o mundo, como também podem estar “no silêncio que se produziu sobre alguns leitores do passado”. Leituras múltiplas, plurais, de primeira, de segundo, de terceira natureza dão vida aos periódicos que surgem e desaparecem ao longo do século XIX no Brasil (BARBOSA, 2010, p. 253-254).

O percurso desenvolvido no livro analisado e em outras pesquisas de Marialva Barbosa dão uma importante contribuição para o campo da comunicação, sobretudo para a construção de uma história da imprensa na qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos. Em suas obras – *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900* (Mauad X, 2010), *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000* (Mauad X, 2007) e *Os donos do Rio – Imprensa, poder e público* (Vício de Leitura, 2000) –, a pesquisadora segue consolidando a área, enriquecendo-a com publicações, e mapeando a história (e também a memória) da imprensa brasileira.

Sua obra é de grande contribuição também para outros pesquisadores da comunicação, pois ensina que falar de história da imprensa é falar em processos comunicacionais e das intrincadas relações que se desenvolvem em torno do sistema de comunicação: o percurso que se faz e que vai dos produtores do texto às formas de apropriação diferenciadas das mensagens pelo público. É necessário, pois, se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que conseqüências essa produção trouxe para a sociedade. É se referir, igualmente, a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais.

**Referências bibliográficas:**

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.



- \_\_\_\_\_. **História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, 263p.
- \_\_\_\_\_. **Os donos do Rio – Imprensa, poder e público.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, 257p.
- \_\_\_\_\_. **O que a história pode legar aos estudos de jornalismo.** In: Contracampo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF, Niterói 1º sem. 2005, n. 12, pp. 51-63.
- \_\_\_\_\_. *Jornalismo e a construção de uma memória para sua história.* In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo: Intercom, 2005, p.102-111.
- \_\_\_\_\_. **O que a história pode legar aos estudos de jornalismo.** In: Contracampo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF, Niterói 1º sem. 2005a, n. 12, pp. 51-63.
- \_\_\_\_\_. **Como escrever uma história da imprensa?** Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, realizado em Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.
- GIOVANNINI, Geovanni. **Evolução na Comunicação – do Sílex ao Silício.** (2ªed.). São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1987.
- GINZBURG, C. “Sinais – raízes de um paradigma indiciário” \_\_\_\_\_. In: **Mitos, emblemas e sinais – Morfologia e História.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1989, p. 143-171.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990, 189p.
- LE GOFF, Jacques. **Memória e História.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p.203-225.
- NORA, Pierre (org.). *Entre Memória e História – a problemática dos lugares de memória.* Tradução de *Between memory and History: Les Lieux de Mémoire.* In: **Representations.** Califórnia, n.26, 1989.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio.* In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: vol.2, nº 3, 1989, p.3-15.
- \_\_\_\_\_. *Memória e identidade social.* In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: vol.5, nº 10, 1992, p.200-215.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da História.* In: HERSCHMANN, Carlos & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Mídia, memória e celebridades – estratégias narrativas em contextos de altas visibilidades.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2003, p.87-111.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart & BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Memória e narrativa jornalística.* In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart & FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e Memória – a produção de sentidos nos meios de comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.219-235.
- RICOUER, Paul. *O passado tinha um futuro.* In: Morin, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- RODRIGUES, Márcia (Org.). **Exercícios de Indiciarismo. Coleção Rumos da História.** Vitória: Programa de História Social das Relações Políticas da UFES, 2006.
- SANTOS, Regma Maria dos. **O jornal como lugar de memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo.** In: OPSIS - Revista do Niesc, v.2, n.2, julho/dezembro de 2002. Artigo disponível em [www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewArticle/9386](http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewArticle/9386). Acesso em 14 de junho de 2010.